

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA QUESTÃO DO ANALFABETISMO NO BRASIL: A SINGULARIDADE DE BUÍQUE/PE (1947-1997)

Maisa dos Reis Quaresma – UCB/RJ

Eixo temático 5: Histografia da educação brasileira e história comparada

I - INTRODUÇÃO

A evolução histórica da questão do analfabetismo evidencia a articulação e a desarticulação dos movimentos de educação de jovens e adultos sob o patrocínio do governo federal, principal instância de apoio às iniciativas da sociedade brasileira. Os recuos e avanços das soluções da questão apresentam traços da “história lenta”. Suas características, marcadas pelo descompromisso da vontade política em valorizar a educação de jovens e adultos, indicam que a modalidade de educação, universal e articulada a outras políticas educacionais, permaneceu marginalizada.

A partir de janeiro de 1997, o movimento nacional de combate ao analfabetismo foi intensificado pela atuação do Programa Alfabetização Solidária (PAS) e da parceria sociedade civil, de empresas, de prefeituras municipais e universidades junto ao Conselho da Comunidade Solidária. O movimento tem desencadeado uma expansão quantitativa de atendimento a municípios de todas as regiões brasileiras, principalmente os do Norte e Nordeste.

No momento atual, a educação de jovens e adultos encontra-se em uma situação precária no contexto das políticas públicas: a carência das ofertas de escolarização básica e formação para o trabalho, não institucionalizadas nas administrações, evidencia a descontinuidade das ações positivas nas microrrealidades municipais.

Este estudo pretende examinar a problemática do analfabetismo, inserida no campo da pesquisa regional da História da Educação, no Nordeste brasileiro, Pernambuco; analisar a evolução histórica do analfabetismo, das políticas públicas para educação de jovens e adultos; demonstrar que, no período de 1947 a 1997, a descontinuidade de ações das políticas públicas e dos financiamentos para Educação de Jovens e Adultos evidencia a evolução da “história lenta” dos programas de combate ao analfabetismo no Brasil; demonstrar que a evasão e a repetência dos alunos no Ensino Fundamental, no período estudado, têm

levado aos altos índices de analfabetismo em Buíque, em virtude das heranças históricas do coronelismo e do poder do atraso.

A metodologia deste estudo seguiu algumas tendências da historiografia em História da Educação: história oral temática, tradição oral, história oral de vida, narrativas literárias, memórias iconográficas (de Buíque/PE). Na pesquisa foram considerados documentos produzidos no período de 1997 a 1999, enfocando o município de Buíque, parceiro do Programa Alfabetização Solidária.

Para atender aos objetivos do estudo, foram organizadas as seguintes etapas:

- Revisão de literatura sobre o tema da pesquisa e sistemático levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias;
- Organização de fichas organográficas, relatórios de observação, arquivo de documentos (inclusive iconográficos) sobre o município de Buíque/PE;
- Aplicação do processo de crítica externa (autenticidade) e de crítica interna (veracidade) às fontes primárias e secundárias com definição de limitações;
- Comparação e análise dos pressupostos teóricos, publicados na bibliografia sobre o tema estudado, com a realidade acompanhada em Buíque/PE da evolução educacional do analfabetismo evidenciando o isolamento dessa microrrealidade no mundo rural brasileiro;
- Interpretação dos dados obtidos nas fontes primárias e secundárias, organização do relatório final sobre o tema da pesquisa.

As fontes primárias pesquisadas foram as seguintes:

- a) Documentos oficiais, tais como o Plano Decenal de Educação (1993-2003); publicações do Mobral (1973-1978) e do PAS (1997-1999); Proposta Curricular para o primeiro segmento do ensino fundamental para a educação de jovens e adultos EJA (1997); texto das Leis 5.692/71, 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e 9424/96 (Fundef); Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Lei Orgânica do Município de Buíque/PE; estatísticas publicadas em Sinopses e Anuários do IBGE (até 1997);
- b) Documentos elaborados pela autora da pesquisa na implementação do PAS em Buíque: relatórios de seleção de alfabetizadores; relatórios dos Cursos de Capacitação de Alfabetizadores; avaliações diagnósticas das turmas de alfabe-

tização; relatórios de avaliação final de cada módulo; relatório de avaliação parcial do PAS no município de Buíque; entrevistas com professores, alfabetizadores de jovens e adultos (Mobral e PAS); cartas de alfabetizandos; publicações em revistas e jornais sobre o PAS.

Como fontes secundárias foram utilizadas as publicações da literatura existente sobre a situação do analfabetismo, no período de 1947 a 1997, com destaques especiais em importância para a pesquisa do livro *Infância*, de Graciliano Ramos, e a obra *Campos de Buíque, suas terras, sua gente*, de Cidinaldo Buíque de Araújo Azevedo.

II - O CENÁRIO EDUCACIONAL E A QUESTÃO DO ANALFABETISMO NO BRASIL

O período estudado evidenciou a “história lenta” das políticas públicas e do financiamento da educação de jovens e adultos, particularmente a partir da década de 1940, retratando indefinições de rumos seqüenciais.

A breve descrição histórica no cenário educacional, da questão do analfabetismo, parece ressaltar aspectos peculiares da sociedade brasileira, analisados por Martins (1994).

Um outro aspecto importante a ser considerado é o conjunto de reflexos das políticas de endividamento interno, pagamento da dívida externa e de combate à inflação e de remuneração salarial no financiamento da educação, analisados por Melchior (1989).

A legislação de ensino e o financiamento da educação entrelaçados com outros fatores parecem representar a exemplificação concreta na realidade social da “história lenta” das ações no combate ao analfabetismo no Brasil.

No cenário nacional a questão do analfabetismo parece estar ilustrada pelo descompromisso com a continuidade das soluções criadas, gerando um descompasso entre as ofertas e as demandas para educação de jovens e adultos.

Nos movimentos de EJA as demandas têm sido representadas pelos milhões de brasileiros que foram excluídos de processos mais amplos de participação social, do direito previsto no artigo 205 da Constituição do Brasil (1988) “... *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”.

As ofertas têm sido caracterizadas pelos educadores de jovens e adultos (pessoas, grupos, órgãos públicos e privados), desde a década de 40. Essas ofertas não constituem um movimento articulado com vontade política e compromisso de correção da injustiça

social: evidenciam descontinuidade, em sincronia ou diacronia, com influências do poder público ou de experiências isoladas.

O Plano Decenal de Educação (1993-2003), expressão brasileira de movimento desencadeador da valorização da educação, foi orientado pela Unesco, Bird/Banco Mundial. Os compromissos assumidos pelo Brasil geraram as metas das políticas públicas e deram origem à reforma educacional, realizada em todos os níveis e modalidades, com diretrizes curriculares, referenciais curriculares, parâmetros curriculares nacionais, na década de 90.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a votação da Emenda Constitucional 14, de 12 de setembro de 1996 que, entre outras medidas, criou o Fundef – regulamentado pela Lei 9424, aprovada em 26 de dezembro de 1996 – trouxeram conseqüências importantes a curto, médio e longo prazos. O fato marcante foi a inovação do Fundef criado por meio da nova redação dada ao artigo 60: do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal (CF) de 1988 *analisado por Pinto (2002, p. 116)*.

O artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF de 1988, originalmente redigido nos seguintes termos “(...) *nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição, o Poder Público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o artigo 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental (...)*”, sofreu alteração pela Emenda Constitucional 14, de setembro de 1996, passando a ter a seguinte redação:

“Nos dez primeiros anos da promulgação desta emenda, os Estados, o Distrito Federal e os municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o ‘caput’ do Art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério”.

Ao artigo reformulado foram acrescentados sete parágrafos que não especificaram a contabilização, para efeito do recebimento de recursos do Fundef, dos alunos matriculados nas turmas de educação de jovens e adultos. O fato desestimulou o investimento nesta

modalidade de ensino pelas prefeituras municipais e governos estaduais porque estas matrículas não implicariam o recebimento de recursos do Fundef.

III – A QUESTÃO DO ANALFABETISMO E O PODER DO ATRASO EM BUÍQUE/PE

A singularidade de Buíque herdeiro do território de uma das maiores sesmarias doadas no século XVII, em Pernambuco, com mais de 100 léguas de extensão começou a ser evidenciada mediante informações mais detalhadas sobre o município, obtidas quando do início das ações da parceria proposta pelo Programa Alfabetização Solidária. Essa parceria, representada pela coordenação geral da Universidade, pela coordenação municipal, pelo Sesi de Pernambuco, pelo Ministério de Educação, pela Comunidade Solidária, no ano de 1997, relacionou geograficamente Buíque, Recife, Rio de Janeiro e Brasília na mesma tarefa: promover a luta contra o analfabetismo.

O município é uma microrrealidade historicamente herdeira do coronelismo. O legado do coronelismo, interpretado sociologicamente por Queiroz (1985), representa:

“... forma específica de poder político brasileiro, que floresceu durante a primeira República e cujas raízes remontam ao Império; já então os municípios eram feudos políticos que se transmitiam por herança não configurada legalmente, mas que existia de maneira informal”.

Em Buíque, descreve Ramos (1995), “... os maiores do município, governo e oposição, vinham de um grupo de famílias mais ou menos entrelaçadas, poderosas no Nordeste: Cavalcantis, Albuquerque, Siqueiras, Tenórios, Aquinos. Padre João Inácio era Albuquerque”

As cores das bandeiras, no período das eleições, fixadas nas residências buiquenses da sede e vilas, ainda expressam as opções políticas do eleitorado em relação aos representantes das grandes famílias locais.

Em 1997, durante a experiência-piloto do PAS, 55,36% da população apresentavam situação de analfabetismo. As matrículas (do pré-escolar ao ensino médio) totalizavam 10.000 alunos, sendo a maior concentração no ensino fundamental (8.133 alunos). Os estabelecimentos de ensino (155) estavam distribuídos de acordo com a modalidade de administração: 148 municipais, 1 particular, 1 federal e 5 estaduais. O município possui um

curso de formação de professores funcionando na Escola Estadual Vigário João Inácio (criado em 1967).

A situação do município já se configurava problemática, desde o final do século XIX, como distrito do município de Garanhuns. A raridade dos documentos primitivos assinados pelos interessados, sem usarem o sinal da cruz, permite observar que a proporção do letramento das pessoas seria de seis para cada mil habitantes.

A obra *Infância*, de Graciliano Ramos (1995, p. 111), retrata uma escola existente na sede (não nos sítios de Buíque) até a década de 50. As unidades escolares existentes nos sítios e vilas não são mencionadas (locais onde havia e há maior concentração de população).

Nos levantamentos sobre o município não foram encontradas informações sobre funcionamento da Cruzada ABC ou outras ações contra o analfabetismo até a década de 70. Essas ações parecem ter sido iniciadas quando da implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização criado pela Lei 5379/68.

A instalação do Mobral não parece ter resolvido a questão do analfabetismo. A tradição da questão e a inexistência de política educacional inserindo a educação de jovens e adultos na escolarização regular do sistema de ensino municipal ou estadual provocaram o agravamento da situação: no ano de 1997 a taxa de analfabetismo era de 55,36% quando foi feita a parceria da inclusão no projeto-piloto do Programa Alfabetização Solidária.

O quadro educacional existente em Buíque, quando da implantação do PAS, tem fundamentos históricos, socioeconômicos, políticos e culturais.

O Censo de 1950 documentou que a população com mais de cinco anos que sabia ler era 11,3%, restando 88,7% de analfabetos entre os 38.238 habitantes do município. Havia 56 unidades escolares de ensino primário e oito de ensino supletivo onde estavam matriculados 1.906 alunos. Na década de 40 a precariedade da vida dos buiquenses foi descrita por Ramos (1995), comentada por depoimentos de pessoas das gerações mais velhas (inclusive alfabetizando ainda moradores do local). Não havia meios de comunicação a não ser o rádio que era utilizado pelos privilegiados (elite dominante). A luz era só de vagalume ou da lua nova quando o gerador a óleo diesel fornecia fraca iluminação, até 21 horas, quando não estava quebrado. Na política, aconteciam conflitos de interesses de coronelismo local “resolvidos e enterrados” na lagoa do Sumidouro. A falta de calçamento das ruas, inclusive na sede, e o clima difícil relatado por Ramos direcionavam as ações dos

habitantes para as necessidades de sobrevivência imediata. Os problemas permaneceram na década de 50 e começaram a ser resolvidos na década de 60.

No período descrito não havia menções de esforços articulados para lutas contra o analfabetismo: faltavam professores, escolas no município para formação de docentes e incentivos para o uso de leitura e escrita, das operações matemáticas e conteúdos escolares universais no cotidiano de ações dos alunos. Considerando-se a intrínseca união entre educação, inclusive de jovens e adultos, e desenvolvimento social e econômico, a situação de Buíque não favorecia a mobilidade social, a distribuição de renda, as mudanças geradas pelo ato de estudar.

Na década de 60, na administração do prefeito Blesmann, foram estabelecidas ligações com a rede elétrica de Paulo Afonso: houve até projeção de filme, na sede, da “Aliança para o Progresso” sobre o “perigo de Cuba” na América Latina, impressionando os habitantes do local. Na esfera educacional, algumas medidas importantes foram tomadas: reformas e expansão da rede escolar, criação do externato Vigário João Inácio, de caráter privado, que oferecia curso de admissão ao ginásio, ginásio comercial e curso de magistério para formação de professoras primárias. O mandato do prefeito foi interrompido, após 64, por motivos de discordâncias, nos níveis local e nacional, provocando a cassação e a proibição da elegibilidade de 10 anos.

Na década de 70 as medidas administrativas de ampliação da rede escolar e das matrículas (148 escolas), junto aos recursos humanos formados no curso de magistério, criado no município pelo governo estadual em 1967, acrescidas das ações do Mobral, que instituiu 242 postos para funcionamento e atendimento de 4.735 alfabetizando matriculados, parecem ter contribuído para a diminuição do percentual de analfabetismo.

O Censo de 80 registrou dados percentuais de 64,2% para a faixa de 11 a 14 anos, 63,4% para 15 anos ou mais com relação ao analfabetismo de Buíque. As matrículas no ensino de 1º grau passaram a ser de 8.133 alunos (escolas municipais, estaduais e privadas). Não foram encontrados os dados sobre evasão, exceto no Mobral, que documenta a alfabetização de 1.289 alunos.

Os dados sobre analfabetismo foram mantidos no ano de 1996 e estimados em 55,36% pelo IBGE, em relação a Buíque, quando da implantação das turmas do PAS.

Os levantamentos de dados sobre os alfabetizando matriculados no PAS evidenciaram que a experiência anterior, no processo de escolaridade individual dos entrevistados na avaliação diagnóstica (em cada módulo), ilustrava quantitativos de desistências de frequência aos cursos regulares do ensino primário, de 1º grau ou fundamental (década de 50

em diante). O fato foi comprovado pela distribuição dos alunos na composição etária, de 10 anos a mais de 50 anos, principalmente na zona rural.

Nos anos de 1996 e 1997 a Secretaria Municipal de Educação informou índices de evasão no ensino fundamental: 10% e 8% na zona urbana, 24,1% e 22,3% na zona rural, respectivamente. O processo estava caracterizado na 1ª série e séries iniciais da educação básica.

A evasão dos alunos com a idade cronológica de ingresso no sistema regular de ensino vai acarretar, para indivíduos de várias gerações, a situação do analfabetismo e, muitas vezes, da exclusão social.

Portanto, pelo que foi exposto, pôde ser demonstrado que a evasão e a repetência dos alunos, no ensino fundamental, no período de 1947 a 1997, têm levado aos altos índices de analfabetismo, em Buíque, em virtude das heranças históricas do coronelismo e do poder do atraso.

Os efeitos da “ignorância é poder”, herança histórica de muitas gerações do município, estavam entrelaçados com outros fatores, a saber: escolaridade incipiente dos professores para o exercício do magistério; reduzidas possibilidades para uso de leitura e escrita, principalmente na zona rural; falta de incentivos do ambiente socio-econômico, cultural e familiar; carência de ações das administrações municipais para a situação educacional; inexistência de oportunidades, em escolas, para formação profissional. Os fatores citados condicionaram o quadro geral apresentado pelo município.

IV - CONCLUSÃO

A consulta inicial das fontes para o estudo, principalmente as obras de Ramos (1995) e Azevedo (1991), permitiu, paulatinamente, a confirmação dos fatos históricos quando da comparação com outras fontes existentes, guardadas por professores, instituições públicas da prefeitura municipal, na igreja de São Félix de Cantalice. A veracidade e autenticidade dos documentos, comprovadas por análises da crítica interna e externa, evidenciaram a originalidade de Buíque no esquecimento e na singularidade. O processo de pesquisa foi efetivado no período de 1997 a 1999 e demonstrou o *poder do atraso* como herança da evolução histórica do município, principalmente do coronelismo, da estrutura fundiária e da *história lenta* da questão do analfabetismo.

As condições encontradas, a ruralidade, foram conservadas na evolução histórica do município, na transmissão dos relatos orais das várias gerações de buiquenses, e servi-

ram de base para aproximar alfabetizandos e alfabetizadores nas trocas de experiências dos relatos de histórias de vida facilitando o processo de alfabetização de jovens e adultos.

Os alfabetizandos de Buíque remanescentes do processo de evasão escolar e da repetência nos últimos 50 anos, sofreram os problemas da carência de ofertas para as demandas educacionais, foram impedidos de estudar pelas condições socioeconômicas do grupo familiar, vinculados desde cedo às necessidades de força de trabalho nas propriedades do mundo rural. O fenômeno provocou a situação dos altos índices de analfabetismo absoluto e funcional, ilustrado nas avaliações diagnósticas dos alfabetizandos, Módulos 1 a 6, do PAS. As publicações do governo de Pernambuco sobre a questão comprovam, historicamente, os efeitos das ações do *poder do atraso* atuando na realidade social de Buíque. A manutenção da tradição, representada pelas heranças do coronelismo, das condições da estrutura social e econômica, do conformismo em relação ao fenômeno da seca, vem impedindo as ações de combate ao analfabetismo por vários períodos das administrações municipais.

A caracterização dos alfabetizandos, exibindo, no período de 1997 a 1999, mais de 70% dos alunos com experiência anterior entre os que tinham de 10 anos até 50 anos ou mais comprova o abandono dos bancos escolares na idade cronológica prevista para o início dos cursos (primário, de 1º grau ou fundamental) em várias gerações de buiquenses. Os depoimentos dos entrevistados mencionavam causas relacionadas às dificuldades de acesso às escolas, à impossibilidade de continuidade de estudos por pressão familiar, principalmente na zona rural.

O caso de Buíque está inserido no quadro geral da evasão nos sistemas de ensino, municipal e estadual, nas séries iniciais de ensino fundamental, na educação básica, no passado e no presente.

Na pesquisa realizada ficou documentado, nos níveis local e nacional, a importância dos professores e dos alfabetizadores no processo de ensino e de orientação da aprendizagem dos alunos, da incorporação de grupos e culturas ao núcleo cultural comum de uma nação. A formação e a atuação dos atores, junto a diversas gerações, têm institucionalizado múltiplas formas pelas quais a história e a dinâmica social são construídas pelos diferentes grupos sociais e culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA Instrumento de coleta de dados, caracterização do município, avaliação final, Brasília, DF, 1997.

AZEVEDO, Cidinaldo Buique de Araújo. *Campos de Buíque, suas terras, sua gente*. Olinda: Fundação Casa das Crianças de Olinda, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 12 ed. Rio de Janeiro: DPCA, 2002.

_____. Emenda Constitucional n. 14, de 12 de setembro de 1996.

_____. Lei 9394 de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da valorização do magistério. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Plano decenal de educação para todos. 1993-2003. Brasília, DF, 1993.

BUÍQUE (PE). Lei orgânica do município de Buíque. Buíque: Câmara Municipal, 1989.

Cadastro institucional dos municípios. Recife: CINN, 1996.

ENCICLOPÉDIA dos municípios. Recife: FIAM, 1982.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos & MELO, Severino Nazareth Bezerra. *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*, [Recife]: Agência Municipal de Estatística, Departamento Estadual de Estatística. 1955. p. 73-75.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*; ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. Algumas políticas públicas e o financiamento da educação na nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. *Em Aberto*, Brasília, DF, ano 8, n. 42, p. 7, abril/jun. 1989.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). *Educação e Sociedade – Revista da Ciência da Educação*. Campinas, v. 23, n. 80, p. 109-136, set. 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O coronelismo numa interpretação sociológica*. In: História geral da civilização brasileira. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. t. 3, v. 1: *O Brasil Republicano*: estrutura do poder e economia, (1889-1930), p.155.

RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1995.